

A AGRICULTURA URBANA¹

Caterina Attiani

Alma Mater Studiorum – Università di Bologna, Universidade Federal de Minas Gerais

– UFMG

caterina.attiani@gmail.com

Resumo

Neste artigo será analisado o fenômeno da Agricultura Urbana (AU). Definiremos o conceito, explicando como se localiza dentro das políticas para o desenvolvimento e na agenda política brasileira como contribuição na luta contra fome e para a segurança alimentar. Esta temática vivencia uma redescoberta por parte do saber acadêmico a partir das projeções das Nações Unidas de um mundo sempre mais urbano. Porém esta pratica não inventa nada de novo, mas simplesmente funda em maneira nova, respeito ao passado recente, elementos que, se tomados singularmente, pertencem a um passado mais antigo e resgata também uma forma de *welfare* usadas em outras épocas de crises.

Palavras chaves

Agricultura Urbana, Cidade Sustentável, Desenvolvimento Local.

¹ Este trabalho è uma reelaboração da Dissertação do Mestrado em Ciência Políticas (Tesi di Laurea Specialistica) no curso de Cooperação e Desenvolvimento Local e Internacional, da Universidade de Bolonha – Alma Mater Studiorum. O título original do trabalho é “L’Agricultura Urbana: il caso di Belo Horizonte, Brasile”. A pesquisa foi desenvolvida entre a Universidade de Bolonha e o Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apoiada pelo programa de mobilidade acadêmica da Universidade de Bolonha “*Overseas*”, pela bolsa de pesquisa “*Tesi all’estero*” da Faculdade de Ciências Políticas, e pelo programa de mobilidade acadêmica “*Erasmus Mundus – External Cooperation Window*” da União Européia, no período entre Maio de 2009 e 2011.

Introdução

Este trabalho pretende analisar o fenômeno da agricultura urbana (AU). A agricultura urbana vivencia uma recente redescoberta por parte do saber acadêmico, e de outras instituições de pesquisa. Insere-se dentro de um amplo debate que envolve varias disciplinas, como a sociologia, o urbanismo, a geografia, entre outras. Além disso, a partir das projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) de uma população mundial sempre mais urbana, aumenta o número de programas internacionais que a colocam no centro de novas estratégias de desenvolvimento local.

Podemos afirmar que se trata de um conceito em evolução, cuja definição nasceu no âmbito dos estudos que se referem aos países em desenvolvimento, os chamados *development studies*, embora se tenha estendido à definição de outras realidades.

O que é a Agricultura Urbana?

Com este conceito indicamos tanto a agricultura praticada dentro da cidade, quanto aquela que acontece no seu entorno, que alguns preferem chamar de peri-urbana. Não se trata somente de hortas urbanas, tampouco de atividades praticadas em prevalência por idosos e aposentados com um passado rural. Referimo-nos, aliás, a um conjunto de atividades desenvolvidas dentro da cidade, que incluem a produção vegetal, o extrativismo², a criação de animais, mas também suas transformações, vendas ou trocas. Estas dimensões podem também não coexistir. É, em outras palavras, uma pratica através da qual a cidade se auto-alimenta. Mas o seu potencial e seus benefícios não se limitam ao abastecimento, nem à segurança alimentar dos habitantes urbanos.

Para tentar esclarecer mais ainda este conceito usaremos a definição utilizada dentro de um amplo estudo que envolveu a realidade brasileira e que foi apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS) e pela FAO (*Food and Agriculture Organization*), a agência da ONU que se ocupa dos assuntos relacionados à fome e à agricultura:

“[...] um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar

² Para aprofundar este argumento em relação à realidade da periferia norte oriental de Belo Horizonte veja Ana C. Barros, *Subsídios para o desenvolvimento do plano de manejo sustentável de plantas medicinais da Apa fazenda Capitão Eduardo, Belo Horizonte, Minas Gerais*, Monografia de Especialização em Botânica, Lavras, Universidade Federal de Lavras, 2010.

produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades”³.

A agricultura urbana nos apresenta uma nova idéia de verde urbano e de paisagem: um verde produtivo, mas também estético e recreativo, contribuindo à construção de uma cidade sustentável, otimizando o uso do território e recuperando os espaços residuais, que limita o “consumo de solo”⁴ na cidade, com importantes conseqüências na impermeabilização e nas reduções do risco ambiental. Além disso, promove a conservação de saberes tradicionais e da biodiversidade, de cultivos e culturas. A atenção por parte de moradores e vizinhos de uma área destinada ao cultivo, pode-se traduzir em “presídio” do território, em outras palavras, na custódia de uma área, aproveitando espaços até então marginais, afastando atividades indesejadas e indesejáveis, estimulando enfim a agregação social e a organização comunitária.

A ONU, no centro do processo de valorização da agricultura urbana nos países em desenvolvimento, estima que a nível mundial a população envolvida nesta atividade alcance os oitocentos milhões de habitantes, produzindo dez por cento dos alimentos mundiais com finalidade de auto-consumo, afirma também que 200 milhões de habitantes fazem desta atividade uma fonte de renda através da comercialização⁵. Cabe esclarecer que a mesma organização reconhece que estes dados não são muito consistentes, sendo difícil determinar quem seja um agricultor urbano e quem não. Vale a pena ressaltar que, muitas vezes, os que se dedicam a agricultura na cidade desenvolvem, formalmente ou informalmente, outra ocupação, que constitui a principal

³Alain Santadreu, Ivana Lovo, “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras”, Documento referencial geral, Belo Horizonte, REDE, IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible, RUAF – FAO, MDS, SESAN, DPSD n. 4, diciembre 2007, p. 11.

⁴ Com este termo entendemos o conjunto de efeitos da urbanização nas cidades, assim como é usado dentro do panorama da sociologia urbana contemporânea italiana, como sinônimo do inglês *to spawl*.

⁵ Cf. Smit Jac, Ratta Annu, Nasr Joe (Org.), *Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities*, Vol. one, Publication series for Habitat II, New York, UNDP, 1996.

fonte econômica de subsistência e a própria renda que complementam através da agricultura urbana.

Quando renasce o interesse para a Agricultura Urbana

Na metade dos anos Noventa, do século passado a prática da agricultura urbana começava a capturar o interesse das instituições internacionais e não governamentais. Mas foi nos anos Oitenta, dentro do movimento ambientalista, que cresceu o uso desta prática e ampliou-se a troca de conhecimentos e técnicas sobre este tema, também aos fins da cooperação internacional entre os países da Ásia, da África e da América Latina.

Em 1996 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP - *United Nations Development Programme*) publicou o estudo *Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities*⁶, paralelamente à da Segunda Conferência sobre Assentamentos Humanos (UN - Habitat II), que aconteceu em Istambul, na Turquia⁷. Esta publicação representa uma ampla relação sobre a agricultura urbana no mundo. Constitui, também, uma tentativa de persuadir vários atores, entre eles as instituições de pesquisa, em reduzir os obstáculos ao crescimento desta atividade através do estudo e promoção dos projetos de AU. Cabe lembrar que esta Conferência constitui uma resposta imediata ao *Summit* de Rio de Janeiro da ONU de 1992 e à promoção da chamada “Agenda 21”, que oficialmente se concentra sobre os temas do desenvolvimento sustentável recomendando o incentivo de atividades econômicas de diversas natureza dentro das cidades cuja finalidade seja reduzir a pobreza e promover o equilíbrio ecológico dentro dos assentamentos humanos.

O documento aborda, entre outras, uma questão interessante ao fim da nossa análise: a persistência de obstáculos ao desenvolvimento de práticas consideradas rurais, como a agricultura, dentro do ambiente urbano, como se fossem heranças do passado, que anacronicamente permanecem no lugar da modernidade, que deveria substituí-la com atividades de outra espécie⁸.

Este argumento evoca outra separação que foi criada dentro da própria natureza. Esta foi dividida em uma esfera produtiva (a horta) e outra estética (o jardim florido).

⁶ Jac Smit, Annu Ratta, Joe Nasr (Org.), *Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities*, Vol. one, Publication series for Habitat II, New York, UNDP, 1996.

⁷ O Programa da ONU para os Assentamentos Humanos (*United Nations Human Settlements Programme*, UN-Habitat) realiza os próprios projetos de desenvolvimentos urbanos. Nasceu desde a Conferência de Vancouver, de 1976, e tem sede em Nairóbi (Kenya – África).

⁸ Jac Smit, Annu Ratta, Joe Nasr, cit., p. 5.

Alguns autores nos lembram que, na Europa, desde a idade média e depois novamente no humanismo, o jardim era concebido como uma “segunda natureza”, ordenada e melhorada através da intervenção humana e, por tanto, espiritualmente afirmada⁹. Sucessivamente, na sociedade industrial, também dentro da horta se separou a produção de flores das hortaliças. Esta última função produtiva, como prioridade das classes populares, foi marginalizada e escondida atrás de cercas¹⁰.

A agricultura dentro das cidades européias voltou em épocas de crises. Foi assim que no Reino Unido, em 1922, foi promulgado o chamado *Allotment Act*, que deu vida a uma forma moderna de agricultura na cidade: as hortas sociais¹¹. Constituía uma verdadeira política de *welfare*, através da qual os governos locais ou instituições beneficentes concediam aos indigentes e aos desempregados um lote para a produção pessoal de fruta e legumes. As hortas sociais se difundiram na Europa oriental, na Holanda, na Alemanha e na Suécia, bem como em outros países, e tiveram grande importância durante as guerras mundiais. Foi nesta época que surgiu a expressão “hortas de guerra”. Além disso, em 1926, depois da experiência inglesa, foi fundada uma organização européia nomeada de Serviço Internacional dos Cantos da Terra e dos Jardins Operários¹². Em 1941, na Itália, por causa da escassez de comida durante a segunda guerra mundial, podiam-se cultivar, por lei, dentro das cidades as áreas verdes, públicas ou particulares e os lotes vagos, afora dos jardins históricos¹³.

Estas experiências, que entraram em decadência, voltaram ao centro de um renovado interesse nos anos Oitenta. Obtendo, a partir de então funções diversas e não mais estando confinadas às áreas marginais, numa tentativa de livrar a esfera rural do estigma da pobreza¹⁴.

⁹ Cf. Franco Cardini e Massimo Miglio, *Nostalgia Del paradiso. Il giardino medievale*, Roma-Bari, Laterza, 2002 e Chandra Mukerji, “Material practices of nomination: Christian humanism, the build environment, and techniques of Western power”, *Theory and Society*, n. 31, 2002, pp. 1-34, citado em Richard Ingersoll, Barbara Fucci, Monica Sassatelli, cit., p. 25

¹⁰ Jack Goody, *The culture of Flowers*, New York, Cambridge University Press, 1993 (trad. it. Maria Cristina Costamagna, *La cultura dei fiori: le tradizioni, i linguaggi, i significati dall'Estremo Oriente al mondo occidentale*, Torino, Einaudi, 1993), citato in Richard Ingersoll, Barbara Fucci, Monica Sassatelli, cit., p. 25.

¹¹ Richard Ingersoll, Barbara Fucci, Monica, cit., p.25.

¹² Béatrice Cabedoce e Philippe Pierson, *Cent ans d'histoire des jardins ouvriers 1896-1996, la ligue française du coin de terre et du foyer*, Grane, Créaphis, 1996, citado em Louiza Boukharaeva, Gustavo Chianca, Marcel Marloie, *Agricultura Urbana como fenômeno universal*, em Sonia Carvalho, Paulo Knauss (Org.), *Agricultura Urbana: dimensões e experiências do Brasil atual*, Rio de Janeiro, Enda Brasil, 2007, p. 24.

¹³ Richard Ingersoll, Barbara Fucci, Monica Sassatelli, cit., p. 51.

¹⁴ ¹⁴ *Ivi*, p. 27.

Agricultura Urbana, organizações internacionais e governos locais

Neste novo tempo, vivenciado pela agricultura urbana as organizações internacionais ocupam um lugar importante. A partir da Iniciativa Global de Agricultura Urbana, promovida pelo PNUD em 1996¹⁵, se instituiu uma rede que cresceu durante os anos, como a UNICEF (*United Nations Children's Fund*), o ACNUR (*United Nations High Commissioner for Refugees – UNHCR*), a OMS (*World Health Organization, WHO*), o UN – Habitat, além de agências nacionais para o desenvolvimento, como US – AID (*United States Agency for Development*), GTZ (*German Agency for Technical Cooperation*), CIDA (*Canadian International Development Agency*) e SIDA (*Swedish International Development Cooperation Agency*), organizações internacionais de ajudas ao desenvolvimento, como Oxfam, *Care International*, *Save the Children* e também centros de pesquisa o IDRC do Canadá (*International Development Research Centre*), e o RUAF (*Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security*). Desde 1999 a FAO enfatiza o papel desta atividade criando um grupo interdepartamental chamado “*Food for the cities*”¹⁶.

Na America Latina, o PNUD e o UN – Habitat, através do Programa de Gestão Urbana para America Latina e Caribe (PGU – ALC, o *Urban Management Programme - UMP*), promovem a criação, em 1995, da Rede de America Latina de pesquisa em agricultura urbana (Red Águila – *Red Latinoamericana de Investigacion de la AU*) em uma tentativa de institucionalizar esta atividade e inseri-la na agenda dos governos locais, envolvendo tanto instituições governamentais quanto instituições não governamentais em 16 Países da região, e entre eles o Brasil e a cidade de Belo Horizonte, com o programa “Cidades Cultivando para o futuro – CCF”.

Alguns autores nos alertam que o Estado Nacional pode ser excluído desta arquitetura composta de uma ampla e variada rede de instituições e organizações. Ao mesmo tempo a agricultura urbana pode ser um meio para ampliar a legitimidade das administrações que decidem de promovê-las, se inserindo dentro de uma rede e um circuito internacional, auto-promovendo a si mesmas como administrações vanguardistas na promoção ambiental¹⁷.

¹⁵ A Iniciativa nasceu depois da publicação *Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities*, acima mencionada.

¹⁶ Brand Peter, Muñoz Edwin, “Cultivando Ciudadanos, agricultura urbana desde una perspectiva política”, *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, a. XXI, n. 1, jan./jul., 2007, p. 51.

¹⁷ *Ibidem*.

É importante lembrar que alguns entendem a agricultura urbana como um meio discreto para envolver os cidadãos e as respectivas comunidades de referência na reconfiguração das próprias relações com as autoridades, não conseguindo incidir de maneira significativa nas tendências iníquas e insustentáveis do desenvolvimento urbano que pretendem ser modificadas pela agricultura urbana. Em outras palavras, alguns acham que a agricultura urbana possa constituir uma medida provisória para aliviar a fome, na espera de intervenções governamentais mais fortes¹⁸. Porém cabe reconhecer que esta atividade acarreta problemáticas importantes relacionadas à estrutura fundiária brasileira e que por tanto pode constituir uma contribuição interessante no reconhecimento da função social da cidade e da propriedade urbana.

Potencialidades da Agricultura Urbana

Alem dos benefícios alimentares e do aumento da renda indireta e direta, as formas modernas de horticultura na cidade representam uma importante oportunidade de melhoria da vida cívica, contribuindo para a promoção de valores culturais e sociais. Neste sentido o planejamento urbano e o poder público exercem um papel fundamental em reconhecê-la como uma das atividades cidadãs.

Richard Ingersoll¹⁹ propõe o conceito de “Agricivismo” para explicar-nos a melhoria na vida cívica, na qualidade ambiental e na paisagem da cidade, através o utilizo da atividade agrícola, e então da agricultura urbana, em suas diversas formas. Ele evidência como a participação das populações locais tem um papel fundamental na transformação e na gestão do ambiente de vida do ser humano. Recorda-nos também que a agricultura urbana constitui uma oportunidade para promover os valores ambientais, culturais e sociais nos lugar onde acontece²⁰.

Se analisadas singularmente as várias experiências de agricultura urbana representam pequenas porções de território, mais complexamente por alguns autores constituem a expressão de um verdadeiro movimento político contemporâneo, que se relaciona com outras lutas sócio-espaciais e sócio-ambientais²¹. Esta prática ressalta a

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Richard Ingersoll, (USA, 1949), insinuou historia urbana, historia da arquitetura e projeção em varias universidades. Entre as publicações recentes em italiano lembramos: *Sproltown*, Roma, Meltemi, 2004; *Viaggio in Italia 1996-1998*, em Richar Ingersoll e Lorenzo Bellicini, *La periferia italiana*, Roma, Meltemi, 2001.

²⁰ Richard Ingersoll, Barbara Fucci , Monica Sassatelli, cit., p. 33.

²¹ Cf. Crispim Moreira , *Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana* , in Hissa Cássio (Org.) *Saberes ambientais, desafios para o conhecimento disciplinar* , Belo Horizonte, UFMG, 2008.

superação da dicotomia cidade-campo. Evidencia como a transformação da cidade em metrópole não tenha eliminado a dimensão rural. O peri-urbano, na cidade espalhada (*sprowl town*) contribui para confundir os limites do urbano com aquele do rural, desenhando expressões de duas diversas sociedades e sociabilidades²². Além disso, representa o lugar de encontro e de ação dos movimentos sociais de reforma urbana e dos que lutam pela reforma agrária. Neste sentido a agricultura urbana envolve problemáticas relacionadas à estrutura fundiária e até mesmo à idéia de urbanidade.

Em virtude do caráter “multifuncional”, que se confere a agricultura urbana, no Brasil esta atividade vem sendo reconhecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e está sendo inserida na agenda federal. A sua promoção está relacionada em primeiro lugar com a tentativa de redução da fome e com o desenvolvimento da soberania e da segurança alimentar, embora sejam claras também as potencialidades que possui em quanto instrumento de requalificação das periferias, de redução de riscos ambientais e dentro dos assentamentos urbanos informais, e então da melhoria da vida social no seu complexo. Como consequência da ação do governo, mas também como resultado das políticas de desenvolvimento, referentes às populações com baixos níveis de renda.

Concluindo podemos afirmar que esta atividade constitui uma novidade em relação ao mais recente passado industrial, mas ao mesmo tempo representa um retorno a um passado mais distante. Cabe reconhecer que, embora não invente nada de novo, integra de maneira diferente com respeito ao passado recente, elementos que singularmente são tradicionais²³.

Desde a segunda metade do século XX registra-se uma aceleração no processo de urbanização mundial. Uma porcentagem crescente da população mundial será urbana, sobretudo nos países em desenvolvimento, isso explica o encorajamento às práticas que, como a agricultura urbana, promovem cidades auto-suficientes. A pesar disso se é verdade que esta prática pode reduzir os impactos de uma urbanização crescente, é também verdadeiro que é preciso aprofundar e compreender os processos e as dinâmicas da produção do espaço que levam as cidades, sobretudo aquelas dos países em desenvolvimento, como o Brasil, em se conformarem como “cidades informais”, “cidades ilegais”, “não cidades”.

²² Richard Ingersoll, Barbara Fucci, Monica Sassatelli, cit., p. 27.

²³ *Ibidem*.

Referências

ALMEIDA, D. *Agricultura urbana e segurança alimentar: ações e aprendizados da Rede de intercâmbio de tecnologias alternativas*. In CARRVALHO, S.; KNAUSS, P. (Org.). *Agricultura Urbana: dimensões e experiências do Brasil atual*. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BARROS, A. *Subsídios para o desenvolvimento do plano de manejo sustentável de plantas medicinais da Apa fazenda Capitão Eduardo, Belo Horizonte, Minas Gerais*. Monografia de Especialização em Botânica. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2010.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. *Agricultura Urbana como fenômeno universal*. In CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Org.). *Agricultura Urbana: dimensões e experiências do Brasil atual*. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BRAND, P.; MUÑOZ, E. “Cultivando Ciudadanos, agricultura urbana desde una perspectiva política”. *Cadernos IPPUR*: Rio de Janeiro, a. XXI, n. 1, jan./jul., 2007, pp. 47 – 70.

COUTINHO, M. *Agricultura Urbana, reflexão e análise sobre os marcos legais e normativos do município de Belo Horizonte*. Monografia de Graduação. Belo Horizonte: IGC, UFMG, 2007.

COUTINHO, M. *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: IGC, UFMG, 2010.

DONADIEU, P. *Campagnes Urbaines*. Arles: Actes Sud, 1998, ed. it. MININNI, M. (Org.). *Campagne urbane: una nuova proposta di paesaggio della città*. Roma: Donzelli, 2006.

INGERSOLL, R.; FUCCI, B.; SASSATELLI, M. (Org.). *Agricultura urbana: dagli orti spontanei all'agricivismo per la riqualificazione del paesaggio periurbano*. Bologna: Regione Emilia-Romagna, 2007.

MADALENO, I. M. *A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Seleção de propostas para Implantação ou Fortalecimento de Centros de apoio a Agricultura Urbana e Periurbana, Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento*. Brasília: EDITAL MDS/SESAN, n. 5, 2008.

MOUGEOT, L. *Agricultura urbana: definición, presencia, potencialidades y riesgos*. In BAKKER, N.; et al. (Org.). *Ciudades en crecimiento cultivando alimentos: agricultura urbana en la agenda política; una selección de textos sobre agricultura urbana*. Feldafing: DSE, 2001.

MOREIRA, C. *Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana*. In HISSA, C. (Org.). *Saberes ambientais, desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

OKPALA, D. "Urban agriculture: What limits?". *Habitat Debate*: vol. 9, n. 4, dez., 2003.

PEARCE, F. "I vantaggi degli orti in città". *Internazionale*: n. 813, 18 set. 2009, p. 82.

SANTADREU, A.; LOVO, I. "Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras". Documento referencial geral. Belo Horizonte: REDE, IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible, RUAF – FAO, MDS, SESAN, DPSD n. 4, diciembre 2007.

SMIT, J.; RATTA, A.; NASR, J. (Org.). *Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities*. Vol. one, Publication series for Habitat II. New York: UNDP, 1996.